**EMITIR DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**PENSÃO POR MORTE**

**Versão 0.5**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **REGISTRO DE REVISÕES** | | | | | |
| **Ver.** | **Data** | **Descrição** | **Autor** | **Revisado** | **Aprovado** |
| 0.1 | 21/05/2018 | 1ª versão da documentação descritiva | Jonathan Paulino | Adriana Santos |  |
| 0.2 | 04/06/2018 | 2ª versão da documentação descritiva com ajustes propostos | Jonathan Paulino | Adriana Santos |  |
| 0.3 | 05/06/2018 | 3ª versão da documentação descritiva com ajustes propostos | Jonathan Paulino | Adriana Santos |  |
| 0.4 | 12/06/2018 | 4ª versão da documentação descritiva com ajustes propostos | Jonathan Paulino | Adriana Santos |  |
| 0.5 | 21/06/2018 | 5ª versão da documentação descritiva com ajustes propostos | Jonathan Paulino |  |  |

**Sumário**

[TERMOS, DEFINIÇÕES, ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS 4](#_Toc515347097)

[1. OBJETIVO 4](#_Toc515347098)

[2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA 5](#_Toc515347099)

[3. *SUPPLIER, INPUTS, PROCESS, OUTPUTS, CUSTOMERS* (SIPOC, do inglês Fornecedor, Entradas, Processo, Saídas, Clientes) 6](#_Toc515347100)

[4. DIAGRAMA DO PROCESSO 7](#_Toc515347101)

[5. DESCRIÇÃO DO PROCESSO 8](#_Toc515347102)

## TERMOS, DEFINIÇÕES, ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

| **Termo** | **Definição** |
| --- | --- |
| ACP | Ação Civil Pública |
| APS | Agências da Previdência Social |
| CAT | Comunicação de Acidente de Trabalho |
| CNIS | Cadastro Nacional de Informações Sociais |
| DER | Data de Entrada do Requerimento |
| DIRBEN | Diretoria de Benefícios |
| DIRSAT | Diretoria de Saúde do Trabalhador |
| GET | Sistema Gerenciador de Tarefas |
| IN | Instrução Normativa |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| LC | Lei Complementar |
| MCC | Memorando Circular Conjunto |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| NIT | Número de Identificação do Trabalhador |
| PDR | Programa de Despachos e Recursos |
| Pessoa com deficiência | Aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. |
| PF | Pessoa Física |
| Plenus | Ferramenta de consulta ao Sistema Único de Benefício da Previdência Social |
| PRISMA | Projeto de Regionalização de Informações e Sistemas |
| RGPS | Regime Geral de Previdência Social |
| RPS | Regulamento da Previdência Social |
| SISAGE | Sistema de Atendimento |
| SUB | Sistema Único de Benefício |

# OBJETIVO

Este processo tem como objetivo decidir sobre a concessão de pensão por morte através da análise de critérios sob a legislação existente.

# DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de jul. de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**, Brasília, DF, jul 1991.

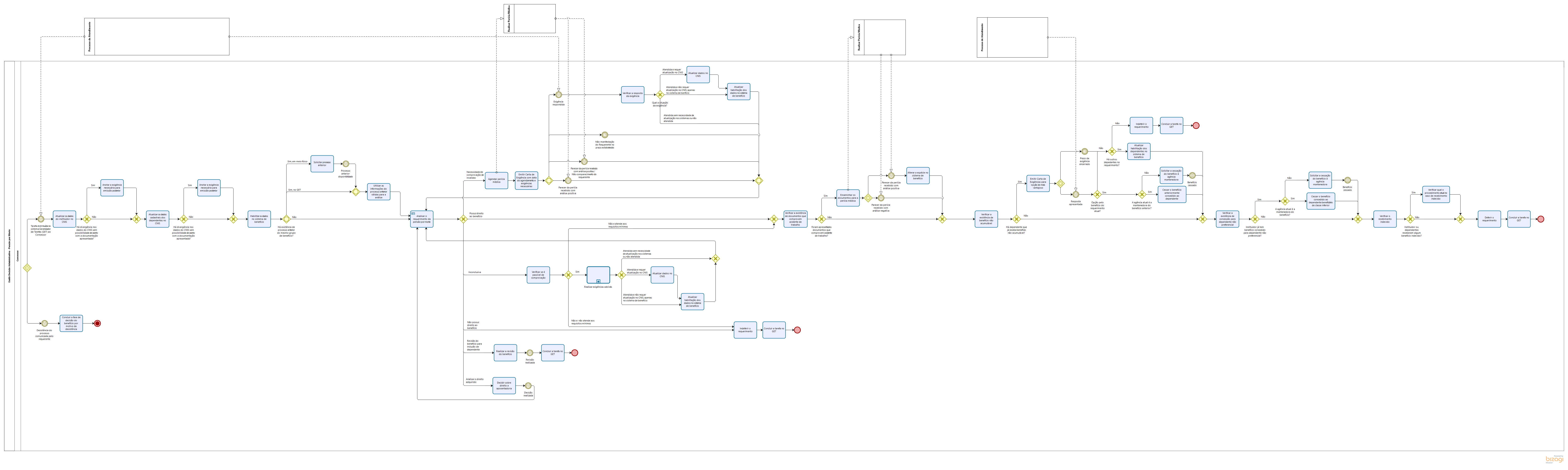
BRASIL. Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999. **Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências**, Brasília, DF, maio 1999.

BRASIL. Instrução Normativa n. 77 PRES/INSS, de 21 de jan. de 2015. **Estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social, com observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988**, Brasília, DF, jan 2015.

# *SUPPLIER, INPUTS, PROCESS, OUTPUTS, CUSTOMERS* (SIPOC, do inglês Fornecedor, Entradas, Processo, Saídas, Clientes)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **FORNECEDORES** | **ENTRADAS** | **PROCESSO** | **SAÍDAS** | **CLIENTES** |
| Gestor da Unidade de Previdência Social;  Requerente;  Perito Médico; | Tarefa distribuída no GET;  Desistência do processo comunicada;  Exigência respondida;  Parecer da perícia recebido. | Analisar documentos de origem do processo para decidir sobre o direito do requerente a obter a concessão do benefício. | Agendamento da perícia médica;  Carta de Exigência;  Carta de Concessão;  Carta de Indeferimento;  Processo encerrado por desistência. | Perito Médico;  Requerente. |
| **ATORES ENVOLVIDOS** | | **SISTEMAS, FERRAMENTAS, ETC.** | |
| Concessor. | | CNIS; e-Tarefas; GET; PDR; Plenus CV3; PRISMA; SAG. | |

# DIAGRAMA DO PROCESSO



# DESCRIÇÃO DO PROCESSO

| **Atividade /**  **Descrição** | **Sistema Associado** | **Artefato Associado** | **Responsável** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Atualizar os dados do instituidor no CNIS**  Após a tarefa ser distribuída no GET, seja pelo Gestor da Unidade da Previdência Social ou automaticamente pelo sistema, e o Concessor estiver disponível para o atendimento daquela demanda sem nenhum impedimento ou suspeição, atualiza-se todos os dados cadastrais, vínculos, remunerações e/ou contribuições do instituidor no CNIS conforme documentação apresentada constante no GET. Neste momento pode ser que não haja nenhuma atualização a ser realizada com os documentos fornecidos e será realizada a conferência dos dados constantes no cadastro e a documentação apresentada. As alterações e critérios de atualização do CNIS estão definidos pela IN 77. Devem ser gerados arquivos do CNIS antes de qualquer alteração e após as alterações para que sejam anexados no GET.  Em caso de identificação de alguma divergência nos dados constantes no CNIS que não possa ser atualizada com a documentação entregue, segue para a atividade *“Anotar a exigência necessária para emissão posterior à análise”*.  Em caso de não haver nenhuma divergência nos dados após a atualização, segue para a atividade *“Atualizar os dados cadastrais dos dependentes no CNIS”*. | CNIS; GET; |  | Concessor |
| **Anotar a exigência necessária para emissão posterior**  Anota todas as divergências encontradas e que não puderem ser alteradas com a documentação fornecida, necessitando de informações adicionais. Essa anotação é feita da forma de preferência de cada servidor para que no momento da emissão das exigências elas já estejam relacionadas.  A anotação da divergência é feita para que se emita, sempre que possível, uma Carta de Exigência única constando de todos os elementos que necessitam de comprovação. |  | Anotação | Concessor |
| **Atualizar os dados cadastrais dos dependentes no CNIS**  Analogamente ao instituidor, os dependentes devem ser cadastrados e seus dados atualizados no CNIS conforme a documentação apresentada constante no GET. Não é necessário fazer o acerto de vínculos, remunerações ou contribuições dos dependentes, bastando a conformidade de seu registro dos dados cadastrais de pessoa física com os documentos apresentados.  Em caso de identificação de alguma divergência nos dados constantes no CNIS que não possa ser atualizada com a documentação entregue, segue para a atividade *“Anotar a exigência necessária para emissão posterior à análise”*.  Em caso de não haver nenhuma divergência nos dados após a atualização, segue para a atividade *“Habilitar os dados no sistema de benefício”*. | CNIS; GET; |  | Concessor |
| **Anotar a exigência necessária para emissão posterior**  Anota todas as divergências encontradas e que não puderem ser alteradas com a documentação fornecida, necessitando de informações adicionais. Essa anotação é feita da forma de preferência de cada servidor para que no momento da emissão das exigências elas já estejam relacionadas.  A anotação da divergência é feita para que se emita, sempre que possível, uma Carta de Exigência única constando de todos os elementos que necessitam de comprovação. |  | Anotação | Concessor |
| **Habilitar os dados no sistema de benefício**  Inicia com a geração de arquivos do CNIS PF do instituidor, do cadastro de atividades do CNIS PF e do CNIS Cidadão; do PESNOM, PESCPF, PESNIT e CTCNOM do instituidor e dos dependentes no Plenus CV3; faz as consultas PESNITV e PESINS para verificar se o instituidor consta em outra pensão; e a obtenção dos arquivos do GET. Todos os arquivos gerados dos sistemas devem ser anexados no GET. Com todas as informações disponíveis habilita-se os dados no sistema de benefício, atualmente o PRISMA. Se o processo veio do fluxo automático já estará pré-habilitado com um NB existente informado no GET, devendo entrar no PRISMA da APS Brasília Digital para prosseguir com o processo.  Neste momento informa-se o tipo de benefício requerido, se decorrente de acidente ou morte presumida declarada, confere-se as informações importadas do CNIS e habilitam-se os dependentes conforme as orientações da IN 77.  Em caso de haver processo anterior do mesmo grupo de benefício para o mesmo instituidor ou para algum dependente e este for físico, segue para a atividade *“Solicitar processo anterior”*.  Em caso de haver processo anterior do mesmo grupo de benefício para o mesmo instituidor ou para algum dependente e este estiver disponibilizado no GET, segue para a atividade “*Utilizar as informações do processo anterior válidas para a análise”*.  Em caso de não haver nenhum processo anterior do mesmo grupo de benefício para o mesmo requerente, segue para a atividade *“Analisar o requerimento da pensão por morte”*. | CNIS;  GET;  Plenus CV3;  PRISMA |  | Concessor |
| **Solicitar processo anterior**  Solicita o (s) processo (s) anterior (es) existente (s) podendo este estar na mesma agência e será requerido e disponibilizado fisicamente. No caso de estar em outra agência, pode-se cadastrar no GET uma sub tarefa de Cópia de Processos, transferindo-a em seguida para a APS, que irá digitalizar o processo físico, anexá-lo ao GET e concluir a respectiva tarefa. Pode, ainda, ser requerido e disponibilizado de forma eletrônica pelo sistema e-Tarefas. Essa solicitação pode ser reiterada por e-mail até o momento em que o processo for disponibilizado. Caso a disponibilização seja por meio físico, o processo deverá ser digitalizado e anexado ao GET, independente se veio da própria APS ou de outra. | e-Tarefas;  GET; | E-mail | Concessor |
| **Utilizar as informações do processo anterior válidas para a análise**  Com o (s) processo (s) anterior (es) disponibilizado (s), podendo haver processos em meio físico, digital (e-tarefas ou e-mail) e no GET concomitantemente, as informações são analisadas e aquelas que forem julgadas como válidas para o processo em questão são utilizadas como informações adicionais para a análise do processo. Neste momento podem ser inseridos dados adicionais no PRISMA, caso necessite. | GET;  PRISMA; e-Tarefas; | E-mail | Concessor |
| **Analisar o requerimento da pensão por morte**  Analisa-se o requerimento para concessão do benefício com base nos critérios que estão definidos nas legislações (art. 16, I do art. 26 e art. 74 ao 79 da Lei nº 8.213; art. 16 e 17, I do art. 30 e art. 105 ao 115 do Decreto nº 3.048; art. 121 a 135 e art. 364 ao 380 da IN 77).  Devem ser considerados na análise a existência de pensão por morte ativa com o mesmo instituidor, a comprovação do fato gerador, a comprovação da qualidade de segurado do instituidor na data do fato gerador, o direito adquirido, a caracterização dos dependentes e as divergências que não foram sanadas no CNIS, gerando uma resposta de análise.  Se o instituidor da pensão tiver pendências em seus registros no CNIS, deve-se oportunizar aos requerentes o acerto de cadastro de maneira que se obtenha um benefício mais vantajoso ou com maior duração. Igualmente, deve-se oportunizar ao requerente cônjuge ou companheiro a comprovação da data de início da união estável ou data do casamento.  Esta é uma atividade de decisão que segue critérios e regras que associados retornam respostas. O modelo de decisão foi representado por meio de tabela que segue em anexo a esta documentação.  Em caso da análise identificar a necessidade de perícia médica para caracterização do dependente maior inválido, segue para a atividade *“Agendar a perícia médica”*.  Em caso da análise identificar a possibilidade de inclusão de dependente por meio da revisão de benefício, segue para a atividade *“Realizar a revisão do benefício”*.  Em caso da análise identificar o possível direito adquirido a uma aposentadoria, segue para a atividade *“Decidir sobre direito a aposentadoria ou auxílio doença”*.  Em caso da análise ser inconclusiva, segue para a atividade *“Verificar se é passível de comprovação”*.  Em caso da análise concluir que possui direito ao benefício, segue para a atividade *“Verificar a existência de CAT”*.  Em caso da análise concluir que não possui direito ao benefício, segue para a atividade *“Indeferir o requerimento”*. | CNIS;  GET;  Plenus  CV3;  PRISMA |  | Concessor |
| **Agendar a perícia médica**  Quando o Requerente for dependente maior de 21 anos, deverá ser agendada perícia médica para comprovação de sua invalidez, deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.  O agendamento é realizado de acordo com a disponibilidade de vagas nas APS, sendo preferencialmente em agência próxima a residência do Requerente. O agendamento é efetuado com a criação de uma sub tarefa no GET.  Sempre que o Requerente é impossibilitado de comparecer presencialmente e possui a necessidade que o INSS provenha a realização da perícia médica no domicílio do requerente ou em um hospital, faz-se necessário a comprovação da necessidade por meio de documento médico comprovando internação ou impossibilidade de locomoção e a identificação dos seguintes dados: dados de endereço do domicilio, endereço completo; dados do hospital, endereço completo, número do leito e/ou qualquer informação que identifique a localização do requerente no hospital. | GET;  PRISMA;  SAG; |  | Concessor |
| **Emitir Carta de Exigência com data do agendamento e exigências necessárias**  Será comunicada a data do agendamento para o requerente através da Carta de Exigência. Se houver alguma outra exigência que permita ao requerente obter maior vantagem no cálculo do benefício, esta será emitida em conjunto com o aviso do agendamento no PRISMA e registrado no processo. Neste momento o processo está pendente de perícia médica, não tendo ações referentes ao administrativo até o retorno.  A Carta de Exigência enviada ao requerente que aceitou a comunicação por e-mail será considerada efetuada após 5 dias do envio. A Carta de Exigência enviada por correio deverá ter sua confirmação de recebimento mediante consulta ao AR ou código de rastreamento, em caso de ter sido enviada por meio de telegrama online. Se o recebimento não for efetuado, o Concessor poderá tentar outros meios de comunicação com o requerente.  O requerente pode cumprir a exigência de documentação emitida e comparecer à perícia, ou atender uma das duas condições ou até mesmo não atender nenhuma delas.  Em caso da exigência ser respondida, segue para a atividade “Verificar a resposta da exigência”.  Deve-se retornar para a atividade “*Analisar o requerimento da pensão por morte*” nos seguintes casos:  Em caso do parecer da perícia concluir que não há invalidez, nem deficiência intelectual ou mental, nem deficiência grave do dependente, observando o Memorando-Circular Conjunto nº 1/DIRBEN/DIRSAT/INSS, de 05/01/16, não sendo comprovada a caracterização deste dependente.  Em caso de não comparecimento do dependente na perícia médica sem qualquer justificativa quanto a ausência, não sendo comprovada a caracterização deste dependente.  Em caso da não manifestação do Requerente no prazo estabelecido para cumprimento da exigência.  Em caso do parecer da perícia ser positivo e considerar a invalidez, deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave do dependente, sendo comprovada a caracterização do dependente. | GET;  PRISMA; |  | Concessor |
| **Verificar a resposta da exigência**  A exigência é atualizada no GET e a tarefa referente sobe na lista de tarefas e o Concessor é notificado para que este identifique que há uma resposta e verifica o teor da mesma.  Em caso de a exigência ser atendida e requerer atualização no CNIS, segue para a atividade *“Atualizar dados no CNIS”*.  Em caso de a exigência ser atendida e não requerer atualização no CNIS, apenas no sistema de benefício, segue para a atividade *“Atualizar habilitação dos dados no sistema de benefício”*.  Em caso de a exigência ser atendida sem necessidade de atualização nos sistemas ou não ser atendida, retorna para a atividade *“Analisar o requerimento da pensão por morte”*. | GET; |  | Concessor |
| **Atualizar dados no CNIS**  Atualiza os dados adicionais ou retificados sejam eles cadastrais, vínculos, remunerações e/ou contribuições do instituidor no CNIS conforme exigência apresentada. As alterações e critérios de atualização do CNIS estão definidos pela IN 77/2015. Devem ser gerados arquivos do CNIS após as alterações para que sejam anexados no GET. | CNIS;  GET |  | Concessor |
| **Atualizar habilitação dos dados no sistema de benefício**  Atualiza os dados adicionais ou retificados conforme exigência apresentada. Anteriormente pode ter sido atualizado os dados no CNIS e neste momento será informado o NIT novamente no PRISMA para que as informações sejam atualizadas. Alguns dados não foram ou não necessitam de atualização no CNIS e são atualizados diretamente no PRISMA. | CNIS;  GET;  PRISMA; |  | Concessor |
| **Verificar se é passível de comprovação**  Deve sempre oportunizar ao Requerente a apresentação de informações faltantes ou que geraram dúvidas durante a análise do processo seguindo para a atividade “*Realizar exigências cabíveis*”.  Após esta ter sido realizada e o processo retornar à fase de análise e novamente ser inconclusiva, deverá o servidor analisar o apresentado.  Em caso de ainda ser passível de comprovação, segue para a atividade “*Realizar exigências cabíveis*”.  Em caso de não ser passível de comprovação e o requerente já atender aos requisitos mínimos, segue para a atividade *“Verificar a existência de documentos que comprovem acidente de trabalho”*.  Em caso de não ser passível de comprovação e o requerente não atender aos requisitos mínimos, segue para a atividade *“Indeferir o requerimento”*. |  |  | Concessor |
| **Realizar exigências cabíveis**  Este sub processo tem como objetivo elencar pendências e solicitar ou executar atividades para elucidar dúvidas, complementar informações e obter ou verificar documentos por meio da emissão de carta de exigência, emissão de pesquisa externa, emissão de ofício, justificação administrativa, etc. A descrição detalhada deste sub processo se encontra em anexo.  Em caso da exigência ser atendida e requerer atualização no CNIS, segue para a atividade *“Atualizar dados no CNIS”*.  Em caso da exigência ser atendida e não requerer atualização no CNIS, apenas no sistema de benefício, segue para a atividade *“Atualizar habilitação dos dados no sistema de benefício”*.  Em caso da exigência ser atendida sem necessidade de atualização nos sistemas ou não ser atendida, retorna para a atividade *“Analisar o requerimento da pensão por morte”*. | PRISMA; |  | Concessor |
| **Atualizar dados no CNIS**  Atualiza os dados adicionais ou retificados sejam eles cadastrais, vínculos, remunerações e/ou contribuições do requerente no CNIS conforme exigência apresentada. As alterações e critérios de atualização do CNIS estão definidos pela IN 77. Devem ser gerados arquivos do CNIS após as alterações para que sejam anexados no GET. | CNIS;  GET |  | Concessor |
| **Atualizar habilitação dos dados no sistema de benefício**  Atualiza os dados adicionais ou retificados conforme exigência apresentada. Anteriormente pode ter sido atualizado os dados no CNIS e neste momento será informado o NIT novamente no PRISMA para que as informações sejam atualizadas. Alguns dados não foram ou não necessitam de atualização no CNIS e são atualizados diretamente no PRISMA. | CNIS;  GET;  PRISMA |  | Concessor |
| **Decidir sobre direito a aposentadoria**  No momento da análise do requerimento de pensão por morte, o Concessor pode verificar a existência do direito a uma aposentadoria. Neste caso, deve-se analisar se houve implementação de todos os requisitos por parte do instituidor. Se houve implementação dos requisitos anteriormente ao fato gerador deve-se proceder com a análise da pensão por morte requerida com a constatação de que houve manutenção da qualidade de segurado do instituidor. | GET |  | Concessor |
| **Realizar a revisão do benefício**  Realiza o processo de revisão do benefício para inclusão de dependente quando verifica que o requerimento para pensão por morte é de um dependente pertencente a um grupo familiar que já tem o benefício instituído e cujo o responsável legal é o mesmo. | GET;  PRISMA; |  | Concessor |
| **Verificar a existência de documentos que comprovem acidente de trabalho**  Verifica se foi apresentado Comunicação de Acidente de Trabalho, laudo de exame cadavérico, registro policial ou documento equivalente necessário quando o falecimento do instituidor ocorre decorrente de acidente ou agravamento relacionado ao trabalho.  Em caso do Requerente ter apresentado tais documentos, segue para a atividade “*Encaminhar os documentos para a perícia médica*”.  Em caso de não haverem documentos que caracterizem acidente de trabalho, segue para a atividade “*Verificar a existência de benefício não acumulável*”. | GET; |  | Concessor |
| **Encaminhar os documentos para a perícia médica**  Encaminha os documentos à perícia médica para avaliação documental com o intuito de reconhecer o nexo técnico entre a causa mortis e o acidente ou doença. | GET; |  | Concessor |
| **Alterar a espécie no sistema de benefício**  Se o parecer da perícia médica indicar que há nexo entre acidente ou doença e a causa mortis, a espécie do benefício deve ser alterada para conceder benefício acidentário. | GET;  PRISMA; |  | Concessor |
| **Verificar a existência de benefício não acumulável**  Verifica se algum dependente recebe benefício não acumulável com a pensão por morte, tais como outra pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro ou benefício de prestação continuada. A consulta já foi feita nos sistemas corporativos.  Em caso de algum dependente receber benefício não acumulável, segue para a atividade “*Emitir Carta de Exigências para opção do mais vantajoso*”.  Em caso negativo, segue para a atividade “*Verificar a existência de concessão para dependente não preferencial*”. | GET; |  | Concessor |
| **Emitir Carta de Exigências para opção do mais vantajoso**  Caso haja recebimento de benefício não acumulável, emite-se uma Carta de Exigências ao Requerente solicitando que ele se manifeste sobre qual benefício tem preferência, possibilitando assim a opção pelo mais vantajoso.  Em caso do Requerente não se manifestar ou optar por não receber a pensão por morte, sendo o único requerente, segue para a atividade “*Indeferir o requerimento*”. Havendo mais requerentes, segue para a atividade “*Atualizar habilitação dos dependentes no sistema de benefício*”.  Em caso do Requerente manifestar a preferência pela pensão por morte requerida, verifica-se qual a agência mantenedora do benefício atualmente em manutenção para que seja cessado. Se a agência atual for a mantenedora, segue para a atividade “*Cessar o benefício anteriormente concedido ao dependente*”. Se for outra agência mantenedora, segue para a atividade “*Solicitar a cessação do benefício à agência mantenedora*”. | GET;  PRISMA; |  | Concessor |
| **Atualizar habilitação dos dependentes no sistema de benefício**  Atualiza o conjunto de dependentes no sistema de benefício, excluindo o dependente que está impedido de receber a pensão por morte requerida devido a impossibilidade de acumulação dos benefícios, conforme a opção efetuada. | PRISMA; |  | Concessor |
| **Solicitar a cessação do benefício à agência mantenedora**  Solicita, por e-mail, a cessação do benefício concedido ao dependente que irá receber a pensão por morte. Essa solicitação pode ser reiterada até o momento em que o benefício seja cessado. |  | E-mail; | Concessor |
| **Cessar o benefício anteriormente concedido ao dependente**  Realiza os procedimentos de cessação no sistema de benefício de acordo com a manifestação de preferência do Requerente. | PRISMA; |  | Concessor |
| **Verificar a existência de concessão para dependente não preferencial**  Verifica, de acordo com as consultas já realizadas aos sistemas corporativos, se houve concessão de pensão por morte decorrente do mesmo instituidor para algum dependente não preferencial em relação ao atual Requerente. Esta pensão deverá ser cessada visto o requerimento atual que apresenta dependentes preferenciais em relação ao anterior. O dependente não preferencial deverá ser informado da situação para exercer seu direito de defesa.  Em caso de existir dependente não preferencial que esteja recebendo a pensão por morte do instituidor, verifica-se qual a agência mantenedora do benefício que deverá ser cessado. Se a agência atual for a mantenedora, segue para a atividade “*Cessar o benefício anteriormente concedido ao dependente*”. Se for outra agência mantenedora, segue para a atividade “*Solicitar a cessação do benefício à agência mantenedora*”.  Em caso negativo, segue para a atividade “*Verificar o recebimento indevido*”. | GET; |  | Concessor |
| **Verificar o recebimento indevido**  Verifica, de acordo com as informações geradas para concessão da pensão por morte analisadas em conjunto com as pesquisas realizadas nos sistemas corporativos, se houve recebimento indevido de valores por parte de algum dependente. Este recebimento pode ter sido ocasionado pelo pagamento de algum benefício realizado após o óbito do instituidor e sacado pelos dependentes ou ainda a verificação de recebimento de benefício de prestação continuada sem atender aos requisitos legais para o mesmo. Além destes, pode ainda haver recebimento indevido quando há opção pela pensão por morte em detrimento a outro benefício não acumulável que estava sendo recebido anteriormente, visto que haverá concomitância devido ao tempo transcorrido entre a DIP e o despacho da pensão por morte.  Em caso de haver indícios de recebimento indevido, segue para a atividade “*Verificar qual o procedimento atual no caso de recebimento indevido*”.  Em caso negativo, segue para a atividade “*Deferir o requerimento*”. | GET; |  | Concessor |
| **Verificar qual o procedimento atual no caso de recebimento indevido**  Verifica nas bases institucionais o procedimento adequado para aplicação no caso identificado. |  |  | Concessor |
| **Deferir o requerimento**  Seleciona o motivo de concessão do benefício e defere o requerimento no PRISMA. O sistema automaticamente envia uma Carta de Concessão ao Requerente com as informações apresentadas. | PRISMA; | Carta de Concessão | Concessor |
| **Concluir a tarefa no GET**  Conclui a tarefa no GET anexando os motivos de concessão extraídos do PRISMA e elabora o despacho da concessão do benefício conforme artigo 691 da IN 77/2015 em formato de relatório. Este relatório é elaborado no sistema PDR e anexado no GET, ou escrito diretamente no campo aberto do GET. O GET também notifica o Requerente da finalização do processo e seu resultado, normalmente realizada por e-mail. O processo é encerrado. | PRISMA;  PDR;  GET; |  | Concessor |
| **Indeferir o requerimento**  Após toda a análise do processo e todas as providências cabíveis ao Concessor serem tomadas e mesmo assim o Requerente não possuir direito ao benefício, o Concessor seleciona o (s) motivo (s) de indeferimento do benefício e indefere o requerimento no PRISMA. O sistema automaticamente envia uma Carta de Indeferimento ao Requerente com as informações apresentadas. | PRISMA; | Carta de Indeferimento | Concessor |
| **Concluir a tarefa no GET**  Conclui a tarefa no GET anexando os motivos do indeferimento extraídos do PRISMA e elabora o despacho de indeferimento do benefício conforme artigo 691 da IN 77/2015 em formato de relatório. Este relatório é elaborado no sistema PDR e anexado no GET, ou escrito diretamente no campo aberto do GET. O GET também notifica o Requerente da finalização do processo e seu resultado, normalmente realizada por e-mail. O processo é encerrado. | PRISMA;  PDR;  GET; |  | Concessor |
| **Encerrar a fase de decisão do benefício por motivo de desistência**  Se durante a realização do processo o Requerente desistir do mesmo, deve entrar no campo de despacho e selecionar o motivo de desistência do requerente e o processo, independente da fase que esteja, é encerrado. O encerramento é realizado tanto no PRISMA quanto no GET. | GET;  PRISMA |  | Concessor |